



Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia

Plano do conselho chefiado por Mourão é ter controle sobre 100% das entidades e limitar aquelas que, na visão do Executivo, violam ‘interesses nacionais’. Ambientalistas veem autoritarismo e juristas falam em inconstitucionalidade

Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo

09 de novembro de 2020 | 05h00

Conteúdo Completo

↑ FECHAR

> Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia

[Crítica de ONGs, gestão Bolsonaro tem relação amistosa com organizações evangélicas](#)

BRASÍLIA - O governo **Jair Bolsonaro** planeja formas de estabelecer controle sobre as organizações não governamentais (ONGs) que atuam na **Amazônia**. Por meio de um marco regulatório, a proposta é ter o “controle” de 100% das entidades na região até 2022 e inclui limitar entidades que, na avaliação do Executivo, violam “interesses nacionais”. O plano consta de documentos, obtidos pelo **Estadão**, elaborados pelo Conselho Nacional da Amazônia Legal. O colegiado é presidido pelo vice-presidente **Hamilton Mourão**.

As discussões sobre bloquear ou limitar atividades de ONGs ocorrem no momento em que o Palácio do Planalto avalia se vai manter seu discurso ambiental com a **vitória do democrata Joe Biden**, nos Estados Unidos, e o País sofre desgaste no exterior por causa do desmatamento. Mourão promoveu viagem com diplomatas de dez países pela Amazônia na última semana.

LEIA TAMBÉM



Emissões de gases estufa no Brasil subiram 9,6% em 2019 com alta no desmatamento

O governo busca recuperar investimentos, como os do Fundo Amazônia, que foram perdidos após batalha do ministro do Meio Ambiente, **Ricardo Salles**, com entidades de preservação.

Os documentos obtidos pela reportagem foram encaminhados por Mourão a ministros. Não há detalhes sobre quais “interesses nacionais” devem ser seguidos para que uma ONG seja autorizada na região. Sem provas, Bolsonaro já acusou essas organizações de incendiar florestas e prejudicar a imagem do País.



Membros da ONG WWF cuidam de animal no Rio Amazonas Foto: Adriano Gambarini/WWF

Um dos objetivos do conselho presidido por Mourão trata de “garantir a prevalência dos interesses nacionais sobre os individuais e os políticos”. Neste tópico, a meta é “obter o controle de 100% das ONGs, que atuam na Região Amazônica, até 2022, a fim de autorizar somente aquelas que atendam os interesses nacionais”.

No seu plano, o governo prevê “ações setoriais”, como “criar marco regulatório para atuação das ONGs”. Não há uma proposta pronta de nova legislação. A missão de preparar a minuta está nas mãos dos ministérios da Justiça, do Meio Ambiente e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Segundo o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, havia 237 mil ONGs e outras entidades sem fins lucrativos no Brasil em 2016. O Sudeste concentrava a maior parte (48,3%). O restante estava no Sul (22,2%), Nordeste (18,8%), Centro-Oeste (6,8%) e Norte (3,9%). Os dados mostram que essas entidades apresentavam, principalmente, vocação religiosa (35,1%). Atuação específica em “meio ambiente e proteção animal” não alcançava 1% do total.

Mapa feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) a partir de base de dados mais ampla indica, porém, 782 mil organizações da sociedade civil no Brasil. Por esse estudo, elas estão mais presentes no Sudeste (41,3%), em seguida Nordeste (24,9%), Sul (18,6%), Centro-Oeste (8%) e Norte (7,2%). A maior (47%) atua no “desenvolvimento e defesa de direitos”. No recorte do Ipea, o Greenpeace, por exemplo, opera nesta categoria.



O vice-presidente Hamilton Mourão e os ministros Ricardo Salles (Ambiente) e Tereza Cristina (Agricultura) sobrevoam a Amazônia em viagem com embaixadores estrangeiros Foto: Bruno Batista/VPR

Executivo não pode delimitar o que é interesse nacional, dizem especialistas

A proposta do governo de controlar ONGs e barrar suas atividades em nome de “interesses nacionais” é inconstitucional, avaliam Aline Gonçalves da Silva e Eduardo Pannunzio, do Grupo de Pesquisa de Organizações da Sociedade Civil da FGV Direito SP. Os dois afirmam que já existem processos para criação e controle dessas organizações. Lembram, ainda, que a abertura de uma entidade deste tipo depende da elaboração de estatuto, registro em cartório, entre outras burocracias, mas não requer aval estatal. Além disso, só a Justiça pode suspender ou dissolver uma associação assim.

O termo ONG não existe na legislação brasileira. As organizações conhecidas por este nome, porém, são entidades privadas, sem fins lucrativos, que têm objetivos sociais. Caso a associação ou fundação receba verba pública, o controle sobre as atividades é maior e envolve o Ministério Público. Os pesquisadores dizem ainda que o Executivo não pode delimitar o que é interesse nacional.

“Para a Constituição, a proteção do ambiente é um interesse. Atribuição não só do governo, mas da sociedade. As organizações talvez tenham histórico melhor do que o governo na defesa desse interesse nacional”, disse Pannunzio. “Apresentar outra visão sobre desenvolvimento econômico da Amazônia não é uma proibição (para criar uma associação ou fundação). Ter opinião contrária à do governo não é ilícito”, emendou Aline.



Área queimada na cidade de Apuí, no Estado do Amazonas Foto: Ueslei Marcelino/Reuters

Entidades reagem à proposta: 'pretendem se impor sem diálogo com a sociedade'

A ideia preocupa ambientalistas, mas não surpreende. A porta-voz de Políticas Públicas do Greenpeace, Luiza Lima, afirma que o governo expressa há tempos o desejo de limitar o trabalho das ONGs. “Lamentavelmente, estamos diante de indícios de que o governo Bolsonaro não compactua com preceitos básicos de democracia e participação social”, afirmou ela.

“Não querem passar pelo crivo do povo e pretendem se impor sem diálogo com a sociedade”, disse Ariana Ramos, coordenadora do Instituto Socioambiental (ISA).

Diretora de programas da Conectas Direitos Humanos, Camila Asano avalia que Bolsonaro tem visão deturpada sobre o trabalho das ONGs. Ela lembra que o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) barraram iniciativas desse tipo, como a elaboração de dossiês no Ministério da Justiça sobre opositores do governo. “Já existe marco regulatório sobre organizações da sociedade civil”, comentou.

Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, Pedro Camargo classifica como “triste” a investida. “O problema é o crime organizado, crime do garimpo, extração ilegal da madeira, roubo de terras com grilos e o conseqüente desmatamento. O Estado organizado e forte se preocupa com a ordem e as ONGs, naturalmente, se enquadram. O que existe é desordem na Amazônia. Estão começando pelo ponto errado”, argumentou ele, que é produtor rural.

“As organizações têm feito muitos serviços públicos, trabalhos excelentes em questões de direitos humanos, ambientais, e na defesa de povos indígenas. Trabalho que o governo não faz”, disse a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), primeira mulher indígena na Câmara.



O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Em setembro, o general Augusto Heleno, ministro do GSI, ameaçou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) quando escreveu nas redes sociais que a entidade cometia “crime de lesa-pátria” por apoiar campanhas internacionais contra o governo. “A administração da organização é de brasileiros filiados a partidos de esquerda. A Emergency APIB é presidida pela indígena Sônia Guajajara, militante do PSOL e ligada ao ator Leonardo DiCaprio, crítico ferrenho do nosso país (sic)”, escreveu.

“Já fui criticada por muitas ONGs, mas nunca fechei as portas do ministério para ninguém”, disse a ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, que ainda lembrou que o marco regulatório da sociedade civil foi aprovado em 2014.

Planos do Conselho não são consenso dentro do governo

Além de frases de Bolsonaro, a hostilidade do governo a essas organizações já foi registrada em discursos de ministros e ações nos bastidores. Como o **Estadão** revelou, **quatro servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) participaram da delegação** credenciada na COP 25, a cúpula do clima, em dezembro de 2019. Eles monitoraram integrantes da própria comitiva, de ONGs e de outros países. O ministro Heleno confirmou a operação de inteligência e disse que o objetivo era agir contra “maus brasileiros”, que, segundo ele, fazem campanhas internacionais prejudiciais ao Brasil.

Mourão e ministros se reuniram em sessão do Conselho da Amazônia na última terça-feira. Integrantes do grupo receberam naquela data o mesmo documento obtido pelo Estadão. À imprensa, o vice-presidente disse que o encontro serviu para delimitar o planejamento do colegiado, que tem “três grandes objetivos estratégicos gerais”: preservação, proteção e desenvolvimento sustentável.

Cada tópico foi discutido em subcomissões e tem “objetivos operacionais”, com “metas” e “ações setoriais”. A tutela das ONGs está dentro da discussão sobre “proteção”. O próximo passo do grupo de Mourão é reunir técnicos de diversos ministérios para traçar o prazo de entrega de cada objetivo.

Parte dos conselheiros só soube da proposta de tutela das ONGs após receber o documento, na terça. Duas autoridades que acompanham as reuniões dizem que militares e representantes da Agricultura divergem sobre a condução dos trabalhos no Conselho. O último grupo teme a paralisação dos debates por críticas a propostas, como a de controle das ONGs.

O **Estadão** teve acesso à apresentação feita por um subordinado de Mourão na reunião do Conselho. No documento, a Amazônia é tratada como “espaço vital” para o mundo por possuir “recursos estratégicos”, cobiçados por países como Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

[Emissões de gases estufa no Brasil subiram 9,6% em 2019 com alta no desmatamento](#)

[Pantanal e Amazônia registram recorde de queimadas em outubro](#)

Tudo o que sabemos sobre:

Jair Bolsonaro

Antonio Hamilton Mourão

Floresta Amazônica

Conteúdo Completo

> [Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia](#)

[Crítica de ONGs, gestão Bolsonaro tem relação amistosa com organizações evangélicas](#)

RECOMENDADAS PARA VOCÊ



PATROCINADO

Conheça o segredo da Magazine Luiza, de pequeno varejo a império



PATROCINADO

Heróis do Sorriso - Saúde



ESTADÃO

Crítica de ONGs, gestão Bolsonaro tem relação amistosa com organizações evangélicas

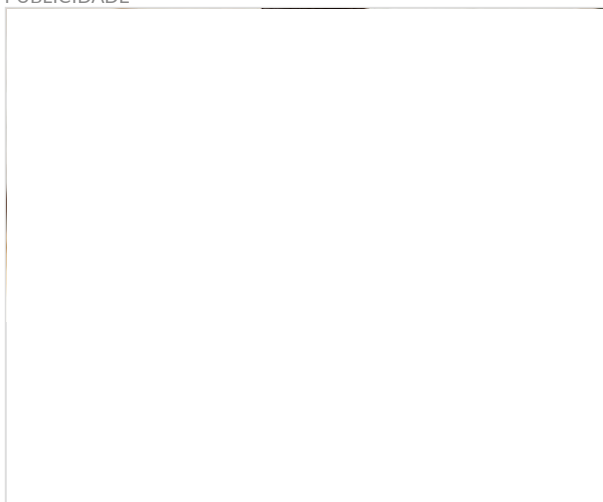


ESTADÃO

Ousado volta ao Pantanal: onça-pintada é devolvida à natureza após ter as patas queimadas

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

PUBLICIDADE



PUBLICIDADE



Crítica de ONGs, gestão Bolsonaro tem relação amistosa com organizações evangélicas

Em 2020, entidades sem fins lucrativos receberam R\$ 5,48 bilhões federais; pastor e egresso de ONG tem cargo no governo

Mateus Vargas, O Estado de S.Paulo
09 de novembro de 2020 | 05h00

Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia

> Crítica de ONGs, gestão Bolsonaro tem relação amistosa com organizações evangélicas

BRASÍLIA - Apesar de apontar as ONGs como culpadas até por incêndios na **Amazônia** e **planejar tutelá-las sob o argumento de defender os “interesses nacionais”**, o governo **Jair Bolsonaro** mantém relação amistosa com algumas dessas organizações. Nos planos do **Conselho Nacional da Amazônia Legal**, inclusive, existe a ideia de “potencializar a bioeconomia” ao valorizar o “capital intelectual” de centros de pesquisa, universidades e ONGs.

Entidades sem fins lucrativos receberam R\$ 5,48 bilhões do governo em 2020, segundo dados do Portal da Transparência. A maior beneficiada é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que levou R\$ 709,9 milhões. A terceira colocada é uma ONG: a Missão Evangélica Caiuá, que presta atendimento médico a comunidades indígenas e recebeu R\$ 163 milhões. O governo federal terceiriza esses serviços para a entidade desde gestões do PT.

LEIA TAMBÉM



Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia

Em 2019, o **Estadão** encontrou postos de atendimento em situação considerada “deplorável” por funcionários contratados pela ONG em Dourados (MS), onde fica a sede da organização. Havia portas arrombadas e tapumes no lugar de janelas, uma única viatura sem combustível para atender as aldeias, falta de remédios e de equipamentos para exames.



O vice-presidente Hamilton Mourão em reunião sobre a Amazônia Foto: Bruno Batista/VPR

Egresso da ONG americana Novas Tribos do Brasil (MNTB), acusada de proselitismo religioso e contato forçado com indígenas, o pastor e ex-missionário evangélico Ricardo Lopes Dias não foi barrado do

governo Bolsonaro.

No começo do ano, Lopes Dias se tornou coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato da **Fundação Nacional do Índio (Funai)**. A nomeação foi criticada e levada à Justiça, mas mantida pelo governo. A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), uma das principais ONGs do setor, protestou.

À época, a entidade disse que o País ficaria sujeito a “crimes de genocídio e etnocídio”, que seriam cometidos contra “nossos parentes isolados e de recente contato”, caso se concretizasse a nomeação de alguém ligado ao “proselitismo religioso para o setor da Funai”.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

[Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia](#)

[Pantanal e Amazônia registram recorde de queimadas em outubro](#)

[Emissões de gases estufa no Brasil subiram 9,6% em 2019 com alta no desmatamento](#)

Tudo o que sabemos sobre:

Dourados [MS]

Floresta Amazônica

Jair Bolsonaro

Missão Evangélica Caiuá

PT [Partido dos Trabalhadores]

Conteúdo Completo

[Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia](#)

> Crítica de ONGs, gestão Bolsonaro tem relação amistosa com organizações evangélicas

RECOMENDADAS PARA VOCÊ



mourao



Mourão diz desconhecer proposta de controle de ONGs discutido por conselho que preside

Assunto: Retorno das Atividades dos Brigadistas.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02001.024065/2020-18.

1. Em atenção ao **DESPACHO DIPRO/621418**, determino o retorno de todas as **Brigadas de Incêndio Florestal do IBAMA** para as suas respectivas atividades e operações a partir da presente data.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Ricardo Vianna Barreto

Com promessa de solução financeira, Ibama manda agentes voltarem às atividades contra incêndio



PUBLICIDADE

1,6 bilhões de dólares? A maior loteria do mundo chega no Brasil!

TheLotter



PUBLICIDADE

Bigode chinês: especialista ensina como suavizá-lo em 40 segundos

diatena.com.br



PUBLICIDADE

Médico Alerta: Pare com Analgésicos! Se sente dores na coluna faça isso em casa (Assista)

Dr. Wilson Garves - Especialista em ...



PUBLICIDADE

A Verdura que Aumenta o Açúcar no Sangue

Be Your Future



PUBLICIDADE

[Galeria] 35 Celebridades LGBT Que São Um Casal E Que Você Provavelmente Não Sabia

Doithouses

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

